

nesta edição

2

O Mundo em 2012: economia e negociações em ritmo lento

8

Conjuntura

10

O protecionismo comercial e a atual agenda do MERCOSUL

O Mundo em 2012: economia e negociações em ritmo lento

2012 inicia-se diante de incertezas e apreensões para a economia mundial e brasileira. Os indícios de recuperação na economia norte-americana ainda são frágeis, a zona do euro continua imersa em uma crise econômica e institucional e a China vem acusando o golpe do desaquecimento da demanda internacional por seus produtos.

Nesse cenário, o panorama das negociações internacionais parece acompanhar as incertezas das perspectivas econômicas globais. Apesar de iniciativas como o Transpacific Partnership (TPP) e a ASEAN plus three (APT), que junta os países da ASEAN às três grandes potências comerciais asiáticas (China, Japão e Coreia do Sul), a prioridade dos governos nacionais de países desenvolvidos e emergentes deverá se concentrar em problemas domésticos, devendo postergar a maioria das negociações em andamento.

Página 02

O protecionismo comercial e a atual agenda do MERCOSUL

Os dois primeiros meses de 2012 mantiveram a tradição de anos anteriores: novas ações de proteção comercial foram adotadas pela Argentina, sem isenção para os sócios do bloco. A medida em questão, a Declaração Jurada Antecipada de Importação, entrou em vigor no dia 1º de fevereiro e já está prejudicando as exportações brasileiras para o vizinho.

Os principais objetivos das medidas, proteger reservas internacionais e preservar mercados internos, se refletiram também nas decisões tomadas na última Cúpula de Montevidéu: por iniciativa do Brasil, a Decisão 39/11 autorizou os países a elaborarem uma lista de até 100 produtos para elevar, em até 35%, suas alíquotas de importação.

Página 10

Panamá formaliza adesão à ALADI

No último dia 2 de fevereiro, foi anunciada a formalização da adesão do Panamá como membro pleno da Associação Latino-americana de Integração (ALADI). A ALADI é o mais antigo bloco regional de integração econômica em funcionamento (substituindo a ALALC) e, com a adesão do Panamá, possui agora 13 membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

...

Dilma visita Washington

A primeira visita de estado da presidenta Dilma Rousseff aos EUA está confirmada para o período de 9 a 11 de abril em Washington. A visita dá continuidade ao diálogo iniciado entre os países durante a passagem do Presidente Obama no Brasil em 2011. Paralelamente ao encontro entre os presidentes, acontecerá a reunião da Cúpula Empresarial Brasil-Estados Unidos. Organizado pela CNI, contará com a presença de vários representantes do setor privado americano e brasileiro.

● negociações internacionais

O MUNDO EM 2012: ECONOMIA E NEGOCIAÇÕES EM RITMO LENTO

O ano de 2012 começa sob o domínio de uma nuvem de incertezas e de apreensões quanto às perspectivas para a economia internacional e seus reflexos para a economia brasileira. Às vésperas da reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou uma revisão em suas projeções, reduzindo em 0,75% a previsão para o crescimento da economia mundial em 2012, que passou de 4%, na versão de setembro de 2011, para 3,25%, em janeiro de 2012.

Apesar dos indícios de recuperação na economia norte-americana, estes ainda são frágeis e não permitem grande otimismo quanto ao retorno a taxas de crescimento sustentadas. A zona do euro continua imersa em uma crise econômica e institucional, cujo desfecho é altamente incerto. A China já vem acusando o golpe do desaquecimento da demanda nos países desenvolvidos – embora a economia chinesa continue apresentando taxas de crescimento elevadas.

“There is no economy in the world, whether low-income countries, emerging markets, middle-income countries or super-advanced economies that will be immune to the crisis that we see not only unfolding but escalating”, disse Christine Lagarde, diretora-geral do FMI, em uma exposição no Departamento de Estado dos EUA¹. A tese do decoupling parece já estar sendo desmentida pelo recente desempenho das principais economias emergentes.

A EVOLUÇÃO RECENTE NA ECONOMIA INTERNACIONAL

Antes mesmo da eclosão da crise econômica e financeira internacional em 2008, o mundo vinha assistindo a transformações profundas com o gradual declínio da unipolaridade norte-americana e o firme crescimento de países emergentes como China, Índia e Brasil, que já buscavam ampliar seu grau de influência na governança da economia global. A esse quadro, a crise econômica de 2008 adicionou uma expressiva dose de incertezas, que parecem multiplicar-se, desde 2011, com os impasses políticos no Congresso dos Estados Unidos para aprovar as reformas necessárias à solução da dívida e dos déficits fiscais e com o “imbróglio” institucional e econômico em que está imersa a Europa.

À retração da atividade econômica norte-americana somaram-se as incertezas relacionadas ao aprofundamento das divisões político-partidárias no Congresso dos Estados Unidos, que tem obstruído qualquer avanço nas reformas estruturais necessárias a uma saída sustentada da crise. Se os atuais desequilíbrios macroeconômicos globais não forem superados, não pode ser descartada a possibilidade de que o dólar perca seu

status de moeda de reserva global. No momento, a moeda norte-americana ainda não tem concorrente à altura no mundo. Mas, na situação atual, crescem as pressões de diversos atores públicos e privados por uma transição para um sistema monetário baseado em moedas múltiplas.

A Europa – que buscava consolidar-se como polo alternativo de poder econômico com a introdução do euro – está mergulhada em uma crise que ultrapassa em muito os limites da política econômica e coloca em xeque o próprio modelo de integração. Por sua dimensão, a crise europeia tem impactos inequívocos sobre a economia mundial, com reflexos sobre os cenários de crescimento econômico nas diversas regiões do planeta.

A ideia de que os países emergentes poderiam passar incólumes à crise e que contribuiriam para sustentar um crescimento – ainda que moderado – da economia mundial tem se mostrado pouco realista. Para enfrentar as pressões inflacionárias resultantes da elevação de preços das *commodities*, mas também das políticas de estímulo ao crescimento imple-

1 - Ver *Financial Times*, dia 15 de dezembro de 2011.

● negociações internacionais

mentadas como resposta à crise no período 2009-2010, alguns desses países adotaram, ao longo de 2011, medidas de política econômica que, combinadas aos efeitos da retração no mundo desenvolvido, começaram a mostrar seus resultados em termos de desaceleração do crescimento no fim do ano.

Muitos dos países em desenvolvimento sofreram ainda os efeitos adversos das políticas monetárias fortemente expansionistas adotadas pelos países desenvolvidos, particularmente pelos Estados Unidos, à medida que estas contribuíam para inflar os preços das *commodities*, alimentar as bolhas especulativas nos mercados de ativos e apreciar as moedas locais. As diferentes respostas de políticas monetárias e de regimes cambiais seguidos pelos países emergentes fomentaram também divergências entre eles, colocando-os em posições diferentes nos debates sobre como lidar com a chamada “guerra cambial”.

Os imensos desafios nas políticas econômicas domésticas e regionais restringem a margem de manobra dos governos para movimentos de cooperação e negociação de acordos internacionais que contribuam para a superação dos impasses. Embora os graves desequilíbrios macroeconômicos exijam soluções globais, os países estão focados nas políticas locais.

As previsões do FMI para 2012 indicam uma taxa de crescimento para a economia mundial de 3,3%. Os países desenvolvidos crescerão à modesta taxa de 1,2%, enquanto o grupo dos emergentes e em desenvolvimento manterá taxas mais elevadas, de 5,4%, embora significativamente inferiores às experimentadas nos anos anteriores. Para o comércio mundial espera-se crescimento bastante anêmico, de 3,8%, após uma expansão de 12,7% em 2010 e 6,9% em 2011. A redução no ritmo de crescimento do comércio reflete não apenas o desaquecimento da demanda, mas a intensificação das práticas protecionistas.

A seguir apresenta-se um pequeno resumo da situação nos três atores-chave da economia mundial (Estados Unidos, países da zona do euro e China) e de alguns emergentes com peso relevante para as estratégias da indústria brasileira.

ESTADOS UNIDOS – Em meados de 2011, as atenções nos Estados Unidos estiveram voltadas para os embates em torno de uma crise artificial para aumentar o teto da dívida pública estatutária do país. Uma solução provisória foi encontrada após um acirrado debate entre republicanos e democratas, o que permitiu evitar o default, mas falhou no objetivo de colocar as finanças públicas em uma trajetória sustentável. De fato, o acordo a que chegou o Congresso combinou o oposto do que se necessitava: o ajuste fiscal de médio prazo é excessivamente modesto, enquanto os cortes fiscais determinados para o curto prazo ameaçam deter a frágil recuperação econômica que se ensaia.

O principal desafio para os Estados Unidos é estabilizar sua dívida pública em níveis sustentáveis sem comprometer as perspectivas de crescimento econômico. Um desafio gigan-

tesco, considerando, de um lado, as pressões fiscais associadas aos passivos descobertos que representam as necessidades de previdência social e assistência médica para uma população em processo de envelhecimento e, de outro, as resistências políticas ao aumento da carga tributária para sustentar essas demandas.

Indicadores econômicos divulgados nas primeiras semanas do ano alimentaram projeções mais otimistas para a economia norte-americana em 2012, ainda que haja um longo caminho a percorrer para

o estabelecimento de uma estratégia que permita a sustentação do crescimento por um prazo mais longo. As previsões de crescimento para os Estados Unidos variam de 1,3% a 2,5%, de acordo com pesquisa da Revista *The Economist*².

A ZONA DO EURO – A zona do euro está enfrentando uma crise de dívida soberana com implicações sistêmicas. A crise expôs as fragilidades do modelo de integração e de governança do bloco, deixando à mostra as vulnerabilidades do “Projeto Europeu”. Com os bancos dos países centrais altamente expostos aos títulos das dívidas soberanas dos países periféricos, o risco de contágio cresceu ao longo do ano, aumentando a pressão sobre o sistema.

O principal desafio para os Estados Unidos é estabilizar sua dívida pública em níveis sustentáveis sem comprometer as perspectivas de crescimento econômico

2 - Ver *The Economist*, 4 de fevereiro de 2012.

● negociações internacionais

O alastramento da crise para países de maior peso econômico e político no bloco europeu, como Espanha e Itália, aumentou a pressão sobre a dupla Angela Merkel (chanceler da Alemanha) e Nicolas Sarkozy (presidente da França), no comando do processo de formulação do programa de resgate. Após muita hesitação e sucessivos anúncios de medidas para lidar com a crise que se mostraram insuficientes para frear o processo de contágio, na segunda semana de dezembro o Conselho Europeu chegou a um acordo intergovernamental, que foi aceito por 25 dos 27 países membros e deixa de fora o Reino Unido e a República Tcheca.

Embora o acordo possa ter contribuído para acalmar os ânimos dos mercados em um primeiro momento, nem de longe foi capaz de afastar as incertezas sobre a viabilidade de recuperação do crescimento econômico da Europa no médio prazo. Na ausência de instrumentos para estimular exportações e melhorar as condições de competitividade, o ajuste fiscal a que serão submetidos os países em crise será portador de forte impacto contracionista que tende a manter desaquecida a atividade econômica dos países da zona do euro por um longo período.

Na direção oposta dos Estados Unidos, as previsões para a zona do euro tornam-se cada vez mais pessimistas: a pesquisa da The Economist aponta para taxas de crescimento no intervalo entre -1,5% e 0.

CHINA – Os principais desafios para a China estão centrados na capacidade que o país terá de promover uma transição ordenada de um modelo de crescimento baseado nas exportações e investimentos públicos em infraestrutura para outro ancorado no consumo doméstico.

À medida que a atividade econômica esfria na maioria dos principais mercados internacionais – e de forma mais profunda na

Europa –, as taxas de crescimento das exportações chinesas de produtos manufaturados vêm se desacelerando rapidamente. A Europa é o principal destino das vendas externas de manufaturas chinesas. No último trimestre de 2011, os indicadores de produção industrial na China já mostram desaceleração. Em suas estimativas divulgadas em janeiro último, o FMI reduziu em 0,8 ponto percentual a projeção de crescimento para a economia chinesa em 2012, que agora está em 8,2%, tendo sido de 9,2% em 2011.

A combinação de retração nos mercados internacionais para produtos industriais com o expressivo crescimento da dívida pública torna inevitável um profundo ajustamento no modelo econômico chinês. A habilidade das autoridades chinesas para operar a transição para um novo modelo de desenvolvimento baseado no consumo doméstico será crucial para determinar a trajetória do crescimento econômico de médio prazo na China.

Mas quanto maior for a redução do crescimento nas principais economias desenvolvidas e em desenvolvimento e, portanto, maior for o impacto de curto prazo sobre as exportações chinesas, mais provável é que as autoridades do país mantenham ou até mesmo intensifiquem medidas voltadas para o apoio às exportações (seja na forma de política cambial ou de políticas comerciais e industriais), retardando o processo de transição.

No curto prazo, é possível esperar uma tentativa de reorientação das vendas chinesas para os mercados dos demais países emergentes, diante das dificuldades de exportar para a Europa e para os Estados Unidos. Por outro lado, autoridades chinesas já mencionaram que procurarão dar maior importância às importações provenientes dos Estados Unidos e da União Europeia, como forma de ajudar na recuperação econômica desses países³.

3 - Ver Valor Econômico, de 8 de dezembro de 2011, China prevê sérios desafios para exportações em 2012.

● negociações internacionais

OUTRAS ECONOMIAS EMERGENTES

Há evidências de desaceleração do crescimento econômico em diversos países emergentes – principalmente China, Índia, México e Brasil. O aprofundamento da instabilidade na Europa, a manutenção da retração da atividade no Japão e as persistentes dúvidas quanto às possibilidades de retomada de crescimento nos EUA já estão refletindo nas exportações e nas decisões de investimentos nos emergentes.

As expectativas para o crescimento econômico indiano vêm se deteriorando rapidamente. No início de 2011, as previsões eram de que a economia indiana deveria crescer entre 9% e 10%. Mas os últimos indicadores apontam para uma taxa de crescimento de 6,9%, com perspectiva de queda adicional⁴. O FMI prevê crescimento de 7% para a economia indiana em 2012.

No caso da Índia, assim como na China e no Brasil, a desaceleração econômica não pode ser creditada exclusivamente à retração nos países desenvolvidos: o banco central indiano vinha adotando política monetária contracionista para lidar com o aumento das taxas de inflação, que rondavam os dois dígitos ao fim de 2010, tendo aumentado persistentemente a taxa básica de juros desde o primeiro trimestre daquele ano até novembro de 2011.

A economia mexicana é outra que vem sofrendo os impactos do desaquecimento nas economias centrais. Após ter registrado taxas anuais de cerca de 7% em meados de 2010, o país vem apresentando taxas menores de crescimento econômico ao longo do ano, tendo terminado 2011 com expansão de 4,1% e com projeções para 2012 em torno de 3,5%. Com cerca de 80% de suas exportações tendo como destino os Estados Unidos e 5% a União Europeia, a economia mexicana é de longe a mais dependente do mundo desenvolvido entre as emergentes.

O México continua tendo como principal desafio a redução de sua dependência dos Estados Unidos e uma maior diversificação geográfica de suas exportações, sobretudo em direção ao mundo em desenvolvimento. Esforços nessa direção já se fazem notar – os exportadores brasileiros vêm registrando maior concorrência com produtos mexicanos nos mercados sul-americanos, embora esse movimento ainda seja incipiente. Além da diversificação das exportações, o México deverá estimular a demanda doméstica para reduzir sua dependência externa, em um contexto de grande agitação política com previsões de acirrada disputa nas eleições de 2012.

A Argentina vem de um período de forte crescimento, impulsionada pelo boom dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, demanda aquecida no Brasil e um expressivo aumento dos gastos públicos. A contrapartida foi um forte aumento das taxas de inflação, que, de acordo com os indicadores oficiais, estão na casa dos 10%, embora estimativas de economistas independentes apontem para algo em torno de 25%.

A presidente reeleita anunciou medidas de ajuste – contenção das demandas salariais, eliminação de subsídios fiscais e controle de capitais – que parecem procurar atacar alguns dos principais problemas acumulados pela economia argentina nos últimos anos: deterioração das contas fiscais e das contas externas, fuga de capitais, perda de competitividade e aceleração da inflação. Os movimentos recentes indicam que o protecionismo comercial continuará sendo um elemento central na estratégia argentina.

Ao contrário dos países mencionados acima, a economia da África do Sul já vinha crescendo a taxas modestas – 2,8% em 2010, após queda de 1,7% em 2009 – e segundo previsões do FMI deverá crescer 3,6% em 2011, mantendo esse ritmo nos próximos anos. Mas no continente africano há vários países mantendo taxas expressivas de crescimento econômico, o que deve fazer com que a África cresça 6% em 2011 e continue a apresentar crescimento expressivo no próximo ano. Em países como Angola, Gana, Libéria, Moçambique, Nigéria e Quênia, o boom das *commodities* e a demografia favorável são alguns dos fatores que vêm sustentando esse desempenho.

Entretanto, há muitas dúvidas quanto à sustentabilidade do crescimento recente nesses países em um contexto de retração da demanda mundial e queda nos preços das *commodities*. Isso vai depender fundamentalmente de para onde soprarão os ventos das reformas políticas e econômicas no continente africano.

A retração da atividade econômica nos países desenvolvidos poderá afetar os países emergentes por vários canais, mas principalmente pela retração na demanda por bens e serviços, pela escassez de linhas de financiamento ao comércio e pela redução dos fluxos de investimentos. O financiamento ao comércio é um dos primeiros a sofrer com as crises financeiras internacionais. Na crise atual não é diferente. Com cerca de 80% dos créditos ao comércio sendo operados por bancos europeus, que lutam para aumentar seu capital de base, as linhas comerciais já começaram a escassear. Os bancos de países emergentes ainda não ocuparam o vazio que vem sendo deixado pelos europeus e o resultado já se faz sentir sobre as operações de comércio.

4 - Ver The Economist, Indian Economy, Slid-sliding away, 12 de dezembro de 2011.



● negociações internacionais

EM RESUMO

Incerteza e volatilidade serão as características dominantes no ambiente econômico internacional em 2012. Com eleições nos países centrais (Estados Unidos e França, por exemplo) e mudança de governo na China, as políticas econômicas estarão focadas na melhoria dos indicadores domésticos em detrimento de soluções mais duradouras, mas que poderiam exigir compromissos de longo prazo em foros internacionais.

Embora o cenário mais provável seja aquele em que os países desenvolvidos manterão um ritmo de crescimento muito baixo com os reflexos da crise se fazendo sentir em todas as economias, há boas razões para se considerar que os Estados Unidos possam recuperar a trajetória de crescimento mais cedo do que os países da zona do euro e que a China adote as medidas necessárias para assegurar um ritmo de crescimento elevado. Em um cenário como esse, o Pacífico se consolidaria, ao longo da década, como o eixo dinâmico da economia mundial, liderada pelos Estados Unidos e pela China. Já a Europa permaneceria enredada nas dificuldades econômicas e institucionais, com o Atlântico perdendo espaço na economia e na governança global.

DA INCERTEZA ECONÔMICA AOS IMPASSES NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Nesse ambiente econômico, a prioridade dos governos nacionais, nos países desenvolvidos, mas também nas economias emergentes, se concentra em temas econômicos domésticos, reduzindo grandemente a disposição para cooperação externa e a autonomia da agenda internacional destes países. Ganham espaço as visões nacionalistas e as políticas protecionistas, ainda que nos foros econômicos internacionais os principais atores confirmem seus compromissos com o combate ao protecionismo.

Neste sentido, o ambiente político em que evoluirá a economia internacional em 2012 será marcado pela continuidade em relação às principais tendências que o caracterizaram em 2011 e, de modo mais geral, após a eclosão da crise de 2008. Se houver alguma inflexão nestas tendências, esta apontará na direção de um aprofundamento das políticas protecionistas e discriminatórias e na consolidação de um ambiente internacional inóspito para iniciativas de negociações comerciais voltadas para a liberalização do comércio.

A persistência de um cenário de baixo crescimento nas principais economias do mundo, aliada à intensificação da competição através de exportações, reduzirá, por sua vez, as chances de uma evolução positiva na esfera do multilateralismo comercial e, em especial, de superação do impasse em que se encontra a já longeva Rodada Doha.

Em um quadro de crise do multilateralismo, poder-se-ia esperar uma aceleração da dinâmica de regionalização, através da formação de blocos comerciais. Há, no entanto, baixa probabilidade de que isso ocorra a curto prazo, já que os fatores domésticos que estão na origem da crise do multilateralismo também constituirão obstáculos para iniciativas de liberalização em escala regional.

ÁSIA: NOVO POLO DINÂMICO DA ECONOMIA E DOS ARRANJOS REGIONAIS

Uma possível exceção a esta regra é a Ásia, onde uma divisão intrarregional do trabalho em permanente recomposição tende a impulsionar novos movimentos de liberalização e de cooperação, inclusive como estratégia para sustentar o crescimento em um ambiente global desfavorável.

Esta é uma evolução que deve ser seguida com atenção pelo simples fato de que a região da Ásia-Pacífico é – e continuará a ser, talvez até com maior destaque – o polo geográfico de maior dinamismo da economia mundial. Arranjos institucionais que concorram para a consolidação de uma área de preferências e regulações razoavelmente harmonizadas nessa região poderão ter implicações importantes para países, como o Brasil, situados em outras regiões do mundo. Uma recuperação da economia mundial liderada pelos EUA e pela China apenas maximizaria estas implicações.

● negociações internacionais

Certamente, resultados palpáveis destas evoluções não se farão sentir em 2012, pelo menos no que diz respeito às iniciativas em negociação com maior potencial de impacto sobre o comércio internacional. Apesar disso, o número de acordos comerciais firmados pelos países da Ásia cresceu fortemente na última década, a partir de negociações intrarregionais e com países de fora da região. Nos últimos anos, a Coreia do Sul protagonizou a assinatura de acordos de liberalização com os EUA e a União Europeia, enquanto a China multiplicava acordos com países da região, mas também com sul-americanos (Chile e Peru).

ASEAN E TPP: INICIATIVAS DE MAIOR FÔLEGO

Há duas iniciativas com maior potencial de impacto sobre o comércio internacional e cujas negociações provavelmente se estenderão mais além do ano de 2012. Uma delas é a *ASEAN plus three* (APT), que junta os países da ASEAN (que tem, entre seus membros, Malásia, Indonésia, Filipinas, Tailândia e Cingapura) às três grandes potências comerciais asiáticas (China, Japão e Coreia do Sul). Esta iniciativa não é apenas comercial, incluindo temas econômicos e não econômicos, e é impulsionada pela China, por ser uma iniciativa exclusivamente intrarregional, excluindo por definição os EUA. O entusiasmo chinês tem levado países como Japão, Cingapura e Indonésia a propor a entrada, nas negociações, de outros países, como Índia, Austrália e Nova Zelândia, de forma a diluir e mitigar a hegemonia da China neste processo.

A outra iniciativa relevante é o *Transpacific Partnership* (TPP), que, a partir da expansão e renegociação de um acordo reunindo Chile, Nova Zelândia, Brunei e Cingapura, envolve hoje outros cinco países (EUA, Malásia, Austrália, Peru e Vietnã). Esta negociação se dá em torno de um modelo de acordo comercial amplo e ambicioso, incluindo diversos temas típicos das negociações comerciais da década de 90 do século passado (serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, meio ambiente, etc), mas também trazendo para a negociação novas questões, como administração de cadeias de valor, coerência regulatória, etc. Há esforços norte-americanos para atrair o Canadá e, em especial, o Japão para esta iniciativa, que, ao contrário da APT, não é bem-vista pela China – e exatamente por conta da participação dos EUA como um *major player* no processo.

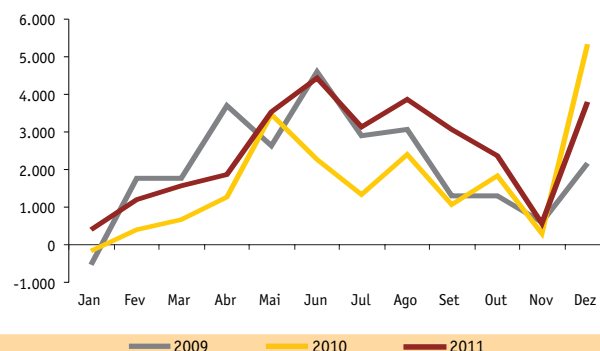
Como comentado, nenhuma destas duas iniciativas gerará acordos comerciais ambiciosos em 2012. Ambas as negociações enfrentam dificuldades, relacionadas não apenas ao ambiente político negativo que cerca hoje qualquer esforço de liberalização, mas também a divergências mais profundas acerca dos objetivos e métodos da liberalização. Além disso, as rivalidades políticas e econômicas transpaciais (entre EUA e China) e intrarregionais (envolvendo, bilateralmente, diversos países) e a própria competição entre as duas iniciativas constituem fatores complicadores.

Por outro lado, estes processos dificilmente serão interrompidos, dado que há fortes incentivos econômicos a sustentá-los e que tais incentivos tendem a se tornar ainda mais intensos caso a trajetória de recuperação da economia mundial, nos próximos anos, ocorra a partir do desempenho dos EUA e da China. É por isso mesmo importante entendê-los, monitorá-los e avaliar suas implicações e possíveis impactos sobre o comércio exterior brasileiro e sobre os fluxos de investimentos envolvendo o Brasil.

conjuntura

Saldo Comercial

O saldo da balança comercial brasileira encerrou 2011 com um resultado positivo. O superávit registrado no ano foi US\$ 29,8 bilhões, cifra 47,8% superior ao registrado em 2010 (US\$ 20,1 bilhões). O superávit acumulado no ano é o maior desde 2007.

SALDO COMERCIAL
VALORES MENSAIS- US\$ FOB

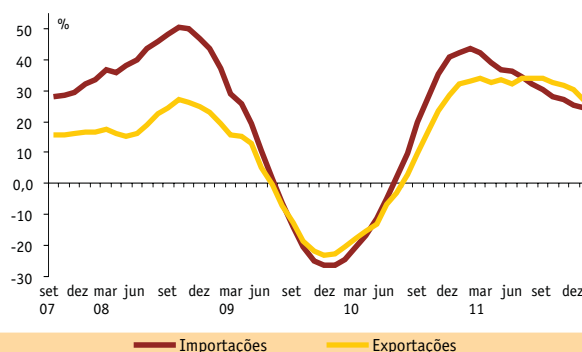
Fonte: FUNCEX

Exportações e Importações

Em 2011, as exportações brasileiras cresceram mais do que as importações. As exportações registraram um crescimento de 26,8% em relação a 2010, atingindo US\$ 256 bilhões. As importações cresceram 24,5% na mesma comparação, alcançando US\$ 226 bilhões. Entre julho e dezembro do ano passado a taxa de crescimento acumulada em 12 meses das exportações superou a taxa de crescimento das importações.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Taxa de crescimento do acumulado em 12 meses com relação ao mesmo mês do ano anterior



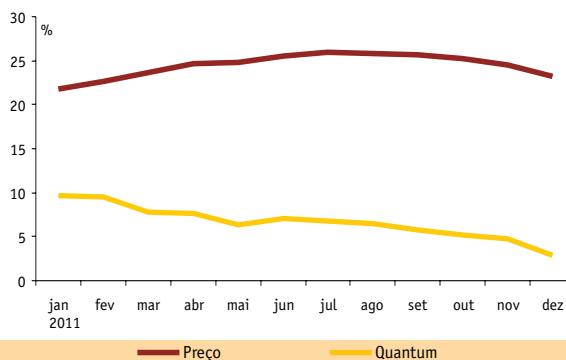
Fonte: FUNCEX

Preços e Volume das Exportações

Desde julho de 2010 o volume das exportações brasileiras vem aumentando, porém, a partir de junho de 2011 passou a crescer a taxas decrescentes (acumulado em 12 meses). Em 2011, na comparação com o ano anterior, o crescimento registrado foi de apenas 3%. No ano de 2010, o crescimento havia sido de 9,5%. Por outro lado, o índice de preços registra taxas de crescimento acima de 20% desde dezembro de 2010, mas começou a desacelerar a partir de julho de 2011. A taxa de crescimento do índice registrada para o ano de 2011 foi de 23,2% em relação a 2010.

PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Taxa de crescimento do acumulado em 12 meses com relação ao mesmo mês do ano anterior



Fonte: FUNCEX

conjuntura

Exportações brasileiras por blocos de destino

Em 2011, as exportações brasileiras para a China e os Estados Unidos cresceram, respectivamente, 43,9% e 33,3% em relação a 2010. As exportações para o Mercosul e a União Européia também cresceram, porém de forma menos intensa – 23,2% e 22,7%, respectivamente. Desse modo, as participações chinesa e americana na pauta de exportações se elevaram para 17,3% e 10,1% em 2011. As exportações para a Argentina cresceram 22,6% e sua participação nas exportações brasileiras recuou de 9,2% para 8,9%.

Exportações e importações por grupos de produtos

Em 2011, as exportações de produtos básicos cresceram 36,1%, enquanto as exportações de bens industrializados cresceram apenas 19,1%. Com isso, a participação dos produtos básicos aumentou de 44,6% em 2010 para 47,8% 2011. Já os bens industrializados recuaram de 53,4% para 50,1%. A participação dos manufaturados, que era de cerca de 39% em 2010, caiu para 36% em 2011. Pelo lado das importações, matérias primas e bens intermediários tiveram participação significativa em 2011 com 45,1%, seguidos por bens de capital com 21,2%. Já combustíveis e lubrificantes registraram o maior crescimento (42,8%) e passaram de 13,9% para 16% de participação no total importado. As importações de bens de consumo aumentaram 27,5% e alcançaram participação de 17,7%.

Taxa de câmbio real

O índice da taxa de câmbio real em relação à moeda americana registrou variações menos acentuadas no quarto trimestre de 2011. Após uma ligeira queda de 0,5% em outubro em relação ao mês anterior, em novembro e dezembro o índice registrou valorização: 1,0% e 2,2%, respectivamente. De forma similar, o índice da taxa de câmbio real em relação a cesta das 13 principais moedas do mercado manteve-se praticamente estável em outubro e sofreu uma valorização nos dois meses seguintes: 0,5% em novembro e 2,0% em dezembro.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Principais blocos econômicos Janeiro/Dezembro - 2011/2010 - US\$ milhões FOB

Blocos	janeiro - dezembro		Var. (%) 2011/10 p/média diária	Part %	
	2011	2010		2011	2010
União Européia	52.946	43.135	22,7	20,7	21,4
Aladi	49.657	41.202	20,5	19,4	20,4
- Mercosul	27.853	22.602	23,2	10,9	11,2
- Argentina	22.709	18.523	22,6	8,9	9,2
- Demais Aladi	21.804	18.600	17,2	8,5	9,2
Ásia	76.697	56.273	36,3	30,0	27,9
- China	44.315	30.786	43,9	17,3	15,2
EUA ¹	25.942	19.462	33,3	10,1	9,6
África	12.225	9.262	32,0	4,8	4,6
Oriente Médio	12.261	10.525	16,5	4,8	5,2
Europa Oriental	5.174	4.788	8,1	2,0	2,4
Demais	21.138	17.268	22,4	8,3	8,6
Total	256.040	201.915	26,8	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex - (1) Inclui Porto Rico

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

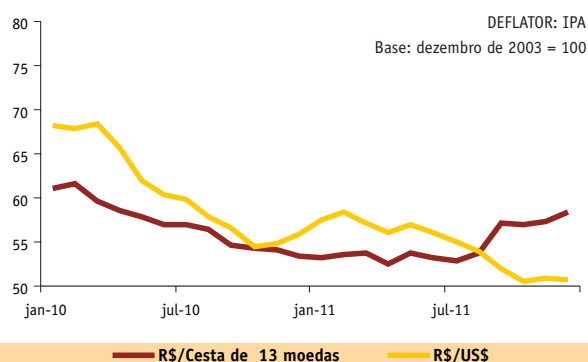
Fator agregado

Discriminação	janeiro-dezembro/2011		janeiro-dezembro/2010		Var. (%)*
	Valor (A)	Part.%	Valor (B)	Part.%	
Exportações	256.040	100,0	201.915	100,0	26,8
Básicos	122.457	47,8	90.005	44,6	36,1
Industrializados	128.317	50,1	107.770	53,4	19,1
Semimanufaturados	36.026	14,1	28.207	14,0	27,7
Manufaturados	92.291	36,0	79.563	39,4	16,0
Operações especiais	5.265	2,1	4.140	2,1	27,2
Importações	226.243	100,0	181.768	100,0	24,5
Mat. prima e prod. interm.	102.091	45,1	83.992	46,2	21,5
Comb. e lubrificantes	36.174	16,0	25.341	13,9	42,8
Bens de capital	47.894	21,2	41.008	22,6	16,8
Bens de consumo	40.084	17,7	31.428	17,3	27,5
Não-duráveis	15.989	7,1	12.848	7,1	24,4
Duráveis	24.095	10,7	18.580	10,2	29,7

* Variação pela média diária. Fonte: MDIC/Secex

ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: FUNCEX

O PROTECIONISMO COMERCIAL E A ATUAL AGENDA DO MERCOSUL

Os dois primeiros meses de 2012 mantiveram a tradição de anos anteriores: novas medidas argentinas foram adotadas na área comercial, sem isenção para os sócios do bloco.

O amplo elenco de medidas protecionistas adotado pela Argentina passou a incorporar a Declaração Jurada Antecipada de Importação (DJAI), criada pela Resolução 3.252, de 5 de janeiro de 2012, da AFIP (Administración Federal de Ingresos Públicos, a Receita Federal da Argentina), que entrou em vigor no dia 1º de fevereiro.

A nova Declaração tem por objetivo garantir um controle estrito das importações ao exigir, antes de qualquer Nota de Pedido, Ordem de Compra ou documento similar, a apresentação pelo importador de todas as informações sobre a futura operação, tais como regime de importação, posição tarifária, valor, país de origem, entre outros dados. A Declaração deve ser avaliada pelos organismos argentinos, intervenientes no comércio exterior daquele país.

A Resolução nº 3.255, de 20 de janeiro, regulamentou a Resolução anterior, estabelecendo a forma operacional de trabalho segundo as novas regras. Criou a "Ventanilla Única

A gravidade do contencioso comercial afeta qualquer ambição de avanço na integração regional

Electrónica" para dar maior transparência e agilidade ao processo. Considerando-se a exigência de consulta prévia aos diversos organismos de governo, não há segurança de que o prazo máximo de 10 dias, indicado nessa Resolução, seja cumprido para a liberação dos pedidos de importação ou apresentação de observações impeditivas da operação.

A propósito do prazo para os exames das DJAIs, a Resolução 01/2012, de 11 de janeiro, da Secretaria de Comércio Exterior, confirma a participação desse organismo no processo de liberação das Declarações,

mas estipula para sua avaliação o prazo máximo de 15 dias.

Por fim, a Resolução nº 3.256 aprovou o "Modelo de Convenio de Adhesión al Régimen de Ventanilla Única Electrónica del Comercio Exterior". Segundo essa norma, os diferentes organismos de governo devem estabelecer seu compromisso de participar do processo, de utilizar os instrumentos de informática previstos pela AFIP e de manter confidencialidade em relação às informações disponíveis no sistema. Isto demonstra a complexidade do mecanismo, cuja operação dependerá de uma ágil coordenação intragoverno e de uma visão comum sobre as restrições externas ao desempenho da economia.

As motivações para adoção de medidas protecionistas

As barreiras às importações têm estado no centro da política comercial argentina nos últimos anos, mas a avaliação corrente, no caso das DJAIs, aponta para preocupações mais amplas do que a necessidade de proteção à indústria doméstica. Os resultados do balanço de pagamentos da Argentina, em 2011, mostram uma importante perda de reservas internacionais. Segundo o Informe Especial 417 da Econometría S.A., empresa privada de consultoria econômica e financeira de Buenos Aires, essa perda foi de US\$ 7.300 milhões decorrente dos resultados negativos em conta corrente e na conta de capitais.⁵

5 - Informe Especial 417 Econometría S.A. Mario Brodersohn www.econometria.com.ar

● agenda do MERCOSUL

Apesar do resultado positivo da balança de mercadorias – a consultoria estima que esse superávit tenha chegado a US\$ 11 bilhões –, não foi possível reverter a situação negativa em conta corrente, determinada pelo envio de juros (pagamento da dívida externa), royalties e dividendos ao exterior. Uma importante evasão de capitais por parte do setor privado registrada na conta de capitais terá tido, também, grande influência para o resultado global negativo do balanço de pagamentos.

Com as dificuldades de acesso ao financiamento internacional (o risco país da Argentina é elevado), o superávit comercial foi importante, mas não suficiente para impedir a perda das reservas que passaram a desempenhar papel importante para o crescimento econômico.

Por outro lado, a queda mais recente nos preços internacionais de *commodities*, fundamentais para as exportações argentinas, as expectativas de recessão na Europa – grande parceira da Argentina na área comercial –, bem como a desaceleração econômica nos dois outros parceiros importantes do país (Brasil e China), indicam menores possibilidades de manutenção do alto superávit comercial verificado nos últimos anos. Esse ambiente explica a determinação argentina de acompanhar de perto a evolução das suas importações.

Esse é o quadro para 2012. Esperam-se um monitoramento por parte do governo da balança comercial argentina, em geral, e um acompanhamento do comércio bilateral com seus principais parceiros, em particular. No caso do Brasil, é preciso reconhecer que as recentes medidas têm um objetivo muito claro: o resultado do comércio bilateral, em 2011, acusou um superávit de US\$ 5.803 milhões para o Brasil. Em 2010, esse superávit havia sido de US\$ 4 bilhões, o que justifica as preocupações argentinas em relação ao ano de 2012.

Em decorrência de um saldo negativo na balança comercial Brasil-México, porém mais modesto do que o verificado no comércio Brasil-Argentina, o governo brasileiro sinalizou sobre a possibilidade de denúncia do Acordo Automotivo entre os dois países – o ACE 55 da ALADI. Negociações oficiais estão em curso para a revisão do acordo, mas este é mais um exemplo de como desequilíbrios comerciais com parceiros importantes vêm servindo de estímulo para medidas de proteção e até mesmo para a revisão de compromissos internacionais.

A agenda do MERCOSUL e os principais resultados da Cúpula de Montevidéu

Essas disposições de proteger reservas internacionais e de preservar mercados internos se refletem na agenda do MERCOSUL. Não é por outro motivo que, nesse caso por iniciativa do Brasil, o principal resultado da Cúpula de Montevidéu, realizada em dezembro de 2011, foi a Decisão 39/11, que autorizou os países a elaborarem uma lista de até 100 produtos que poderiam ter elevadas, até 35%, as suas alíquotas de importação.

Além das tradicionais listas de exceções à TEC que permitem reduções unilaterais das tarifas, em vigor há anos e com suas suspensões sempre postergadas – a última data acordada é dezembro de 2015 para o Brasil e a Argentina, dezembro de 2017 para o Uruguai e dezembro de 2019 para o Paraguai –, dispõe-se, agora, de mecanismo que permitirá a elevação da TEC para os produtos indicados por país, respeitando-se eventuais manifestações em contrário por parte dos parceiros. Esse mecanismo estará vigente até 31 de dezembro de 2014, caso não seja prorrogado, acompanhando a história de flexibilidades do MERCOSUL em relação à consolidação da união aduaneira.

A despeito das reduzidas perspectivas de avanço da união aduaneira no médio prazo, os sócios do MERCOSUL sinalizaram como prioridade a ampliação do bloco na América do Sul. Esse é o sentido da Declaração dos Presidentes dos Países do MERCOSUL assinada em dezembro de 2011 sobre a criação de “Grupo de Diálogo de Alto Nível para el impulso de la incorporación de nuevos miembros plenos al bloque regional”.

● agenda do MERCOSUL

Nessa direção, a última Cúpula aprovou a Decisão 38/11, que criou Grupo de Trabalho para examinar a adesão do Equador ao bloco. Esse Grupo, semelhante ao instituído para exame da adesão da Venezuela, terá um prazo de 180 dias a partir de sua primeira reunião para apresentar uma proposta de método de adesão.

Sobre a agenda externa do MERCOSUL, cabe destacar a assinatura do Acordo de Livre Comércio com a Palestina. Cumprindo objetivos políticos ainda pendentes após a assinatura do Acordo de Livre Comércio com o Egito, em agosto de 2010 (Decisão 26/10), a negociação foi rápida e sem muitas consultas ao setor privado. A expectativa de reduzido impacto econômico do acordo para o MERCOSUL ajudou os governos na negociação. Contudo, o acordo ainda não está em vigor e não estão disponíveis as informações sobre o phasing out das tarifas do bloco e sobre as regras de origem acordadas.

No campo político, os países reafirmaram o compromisso com a promoção, defesa e proteção da ordem democrática, estado de direito, direitos humanos e liberdades fundamentais como condições essenciais ao processo de integração. A Decisão 27/11 “Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL” (Protocolo Ushuaia II) avança em relação ao primeiro Protocolo ao estabelecer uma forma de consulta e diálogo entre os países, no caso de rompimento ou ameaça de rompimento da ordem democrática com implicações para os parceiros e para o processo de integração regional.

O caminho para o entendimento

A gravidade do contencioso comercial afeta qualquer ambição de avanço na integração regional. O Brasil, nos primeiros meses de 2011, enfrentou um recrudescimento de medidas protecionistas argentinas com a adoção, cada vez mais ampla, das licenças não automáticas de importação, medidas antidumping e produtos sujeitos ao regime de “valor critério”, esse último uma espécie de preço de referência para proteção da produção doméstica.

Essas medidas, levantando-se as NCMs atingidas, representavam quase 22% das exportações brasileiras, em 2010, e suscitaram, em contrapartida, a adoção de licenças não automáticas no setor automotivo por parte do Brasil.

Em 2012, o problema é mais amplo e está fora de expectativa a isenção dos sócios do MERCOSUL. O que fazer? A convicção brasileira de que a sequência de novas ações protecionistas não ajuda os esforços de superação da crise não é suficiente para alterar a posição da Argentina.

A criatividade pode apontar para certos mecanismos, como, por exemplo, o Sistema de Comércio em Moeda Local (SML), que poderia ser dinamizado. Não há uma solução completa que atenda aos interesses dos dois lados, mas todas as possibilidades devem ser testadas, dados os interesses bilaterais na preservação das correntes de comércio e de investimentos e na manutenção do MERCOSUL como prioridade nas agendas de inserção internacional dos dois países.